

GAZETA MERCANTIL

MERCANTIL — Quinta-feira, 10 de maio de 1990

Dívida Externa

ACERTO EXTERNO

EMPRÉSTIMOS DO BANCO MUNDIAL (em milhões de dólares)

Ano	América Latina	Brasil	México
1980	2.684	695	300
1981	3.153,2	1.844	1.081
1982	2.987,9	2.722,1	657,3
1983	3.459,6	1.457,5	887,9
1984	3.028,9	1.604,3	578,3
1985	3.698,2	1.523	598,0
1986	4.771,2	1.620	904
1987	5.152	1.261,5	1.678
1988	5.264	1.359,5	2.030
1989	5.842,1	717	2.230
1990**	6.300** (estim.)	1.184	2.205,5

* Ano fiscal de 1º julho a 30 junho

** Até 30 abril o valor é US\$ 4,24 bilhões

Fonte: BIRD

Há disposição no Fundo para firmar um acordo "stand-by" com o Brasil

por Claudia de Souza
de Washington

O Brasil poderá beneficiar-se nos próximos meses de uma disposição em Washington particularmente favorável à renegociação de sua dívida externa. A reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), que terminou ontem na capital norte-americana com um seminário promovido pela direção do BIRD deixou, a impressão de que existem pelo menos alguns pontos que poderão ser explorados pelo lado brasileiro. Entre eles, a disposição oficial do FMI de acertar um acordo "stand-by" e com ele um financiamento de apoio ao ajuste econômico brasileiro, sem condicionar-lo ao pagamento imediato dos juros que o Brasil deve aos bancos.

Trata-se de uma mudança de princípios da direção atual da instituição que veio para ficar, segundo explicaram a este jornal fontes ligadas ao Fundo. Elas enfatizam não só a disposição do Fundo de tocar este acordo — "O acordo anterior morreu, é história passada", dizem —, reconhecendo a necessidade de adiantar recursos sem condicionalidades, mas também a possibilidade de adiantar os desembolsos do financiamento que tomará o Fundo tomando uma proporção maior no pri-

desembolso das contrapartidas de recursos brasileiros seja pela agilidade que pretende obter com a reforma administrativa, seja por haver consenso de que para o US\$ 1,1 bilhão que o BIRD pretende emprestar para o Brasil neste ano, US\$ 600 milhões em contrapartida seriam compatíveis com a situação de ajuste fiscal.

Os empréstimos do Banco Mundial — instituição "irmã" do Fundo Monetário —, à América Latina, vem aumentando. O banco ainda empresta ao Continente por ano o que pretende direcionar aos países do Leste Europeu nos próximos três anos, entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7 bilhões. Nos últimos anos, boa parte dos recursos foi dirigida ao México.

O esforço de estabilização de sua economia, abertura do comércio e agora privatização do setor bancário daquele país tomaram a atenção e o dinheiro do Fundo e do Banco Mundial. Dos US\$ 6,3 bilhões que a direção do BIRD estima destinar à América Latina em 1990, US\$ 2.205 milhões irão para o México, US\$ 1.260 milhões deles para a redução de sua dívida externa, dentro do acordo assinado com os bancos credores comerciais nos moldes do Plano Brady, a estratégia de tratamento de dívidas externas em vigor na comunidade internacional.

meiro ano, no caso de acertar um esquema de redução de sua dívida com os bancos, como fizeram o México e as Filipinas. Além disso, no acordo "stand-by" que fizer com o FMI, o Brasil poderá, a exemplo de outros países, destinar 25% do financiamento que obtiver com o FMI para a recompra de títulos de sua dívida no mercado secundário.

Há também a disposição do Banco Mundial — que parece ser a única fonte certa de dinheiro novo no momento —, de reverter a situação de seus empréstimos no ano passado, que baixaram consideravelmente em relação ao ano anterior (de US\$ 1,3 bilhão em 1988 para US\$ 717 milhões em 1989). Também em Brasília, o Ministério da Economia pretende diminuir o fluxo negativo que está ocorrendo entre os desembolsos do banco e o que o BIRD aufera como remuneração do que já emprestou de US\$ 900 para US\$ 300 milhões neste ano, além de ausentar a velocidade dos

argumentos técnicos do BIRD que participaram do seminário de ontem é que, com a consumação dos ajustes mexicanos, os recursos para empréstimos de ajuste setorial, ou desembolso rápido, como são chamados, irão naturalmente dirigir-se para o Brasil, engajado numa tentativa de ajuste similar senão mais drástica do que a do México. "O Brasil e a Argentina são os próximos candidatos ao Plano Brady", repisou ontem o presidente do Banco, Barber Conable, ecoando declarações feitas nos últimos dias pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady e pelo diretor-geral do FMI, Michel Camdessus.

Se é certo que o montante que o Banco Mundial reserva a empréstimos setoriais (os chamados recursos para "policy lending") não pode exceder 25% do total dos financiamentos que realiza, também parece ser evidente que, com o redirecionamento dos recursos, o Brasil poderá levar adiante os projetos que o Ministério da Economia tem em mente: não só para a reforma do sistema financeiro e da estrutura de comércio exterior, mas também para apoiar o processo de privatização e o processo de governo brasileiro.

Ao falar ontem em Washington, o presidente do Banco Mundial deixou claro porém que haverá acompanhamento da destinação que o Brasil der aos recursos que economizar caso acerte um acordo de redução da dívida com os bancos. "Os resultados obtidos com a redução da dívida terão que servir a propósitos úteis", afirmou.

Também no monitoramento que o FMI fará da economia brasileira nos próximos meses, o governo brasileiro poderá esperar exigências. Na opinião do economista sênior do Banco Mundial, Joe Wood, a flexibilização recente do Banco tem uma origem, a irredutibilidade dos bancos com a Costa Rica em dezembro de 1988. "Nesses casos em que os bancos se recusam a entrar em acordo, o Fundo relaxa as exigências, mas é claro que alguma soma de pagamento aos bancos terá que ser acertada", ele diz.

Wood acredita que, se o Brasil não pode sofrer crítica com relação à intensidade de sua contração monetária, terá também que fixar objetivos para seu ajuste fiscal significativos, seja cortando subsídios, ampliando o alcance de seu sistema tributário, aumentando sua eficiência e direcionando melhor seus subsídios.